



04/18

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA FLORESTAL, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE AVENÇA

No dia vinte e seis, do mês de Fevereiro, do ano de Dois mil e dezoito, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga**
21/04/2018.

SEGUNDO:

Bruno Miguel Ramos Fernandes,

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Serviços na Área de Engenharia Florestal, na Modalidade de Contrato de Avença, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 15 de Fevereiro de 2018, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 31 de Janeiro de 2018, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O presente Contrato tem a vigência de 10 meses, a contar da data da sua celebração.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de **Dezasseis mil e cinquenta e nove euros (16.059,00 €)**, acrescido de IVA.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a receção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva. A faturação será mensal até à data da conclusão do serviço.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao n.º3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

- 1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.
- 2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações

Benno

relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0300/02022599, conforme proposta de Cabimento n.º 220, compromisso n.º 213 e Requisição Externa de Despesa n.º144.

Cláusula 10.ª

Gestor do Contrato

O gestor do presente contrato é o Eng.º Óscar Lucas, Chefe de Divisão de Gestão e Administração do Território.

Cláusula 11.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Camara Municipal de 31 de Janeiro de 2018 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Chaves em 20 de Fevereiro de 2018, comprovativa do segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

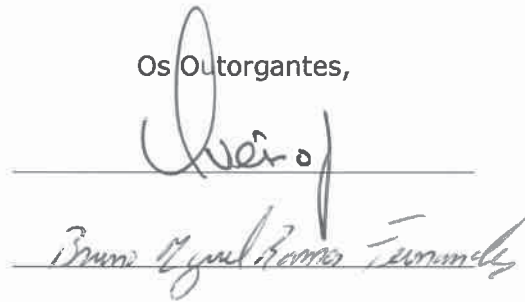
BÓTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

2 - Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 20 de Fevereiro de 2018, comprovativa do segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;

3 - Certificado de Registo Criminal;

4 - Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,



The image shows two handwritten signatures in black ink, each placed over a horizontal line. The first signature is a stylized, cursive 'J' followed by 'Vêr o'. The second signature is 'Bruno Miguel Gomes Fernandes' written in a cursive script.